



ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

## EMERGENCIAL DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 02/2025

**OBJETO:** Contratação emergencial de empresa, para prestar os serviços de locação de veículos, para atender às necessidades deste Fundo.

### SUMÁRIO

1.	JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:.....	5
2.	DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE.....	7
3.	DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO .....	8
4.	DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL .....	9
5.	DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E SUA METODOLOGIA .....	9
6.	CONCLUSÃO .....	10



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

**JUSTIFICATIVA DA DISPENSA, RAZÃO DE ESCOLHA DO FORNECEDOR E  
JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

O **Secretário Municipal de Saúde deste Município**, vem, em atendimento ao art. 72, da Lei Federal nº 14.133/2021, apresentar justificativa de dispensa de licitação para a Contratação emergencial de empresa, para prestar os serviços de locação de veículos, para atender às necessidades deste Fundo, conforme o quanto disposto neste processo.

Para respaldar a sua pretensão, trago aos autos do sobredito processo peças fundamentais: documento de formalização de demanda, estudo técnico preliminar, termo de referência, além dos documentos hábeis de quem se pretende contratar, e ainda,

**Considerando** que a presente contratação emergencial de empresa para prestação de serviços de locação de veículos, com motorista e sem combustível, visando atender as demandas contínuas da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Graccho Cardoso**, Sergipe, justifica-se em razão de alguns fatores a saber;

**Considerando** que os atuais veículos não atendem a demanda do município, desde a área urbana quanto a área rural, sendo de suma importância a contratação de veículos;

**Considerando** que a **Secretaria Municipal de Saúde** integra a estrutura administrativa do Município de Graccho Cardoso que tem por missão institucional executar as políticas públicas relacionadas com os serviços de infraestruturas, obras e demais serviços institucionais em atendimento à municipalidade;

**Considerando** a iminente necessidade de realizar os deslocamentos dos servidores e equipamentos deste Município, garantindo assim a continuidade dos serviços públicos;

**Considerando** que houve a desídia do antigo gestor quanto à permanência de contratos vigentes da frota municípios, a contratação emergencial aqui exposta, fundamenta-se nos princípios da Lei 14.133/2021, e em especial o que consta no Art. 75, VIII, pois:

- I. apesar da falha administrativa anterior, o atual gestor foi confrontado com uma situação de emergência real e grave, que exigia a atuação imediata do poder público para mitigar os danos à população. Mesmo com a falha do antigo gestor, a nova gestão não poderia permitir que a população permanecesse desassistida, o que justificou a contratação emergencial de forma urgente e necessária. A emergência está relacionada à necessidade de providenciar recursos rapidamente para a população, e, portanto, a contratação foi feita com o intuito de garantir a continuidade da prestação de serviços essenciais, como transporte de materiais e pessoas, enquanto



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

não é possível reorganizar ou viabilizar um processo licitatório regular em tempo hábil;

- II. Devido ao contexto emergencial, a contratação de veículos foi urgente e não poderia ser postergada. O município estava desassistido e, sem essa locação, a resposta à emergência seria prejudicada, causando danos à população. A falha do antigo gestor em providenciar a contratação anterior não retira a necessidade de agir com rapidez diante da emergência, conforme estipulado pelo Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021, que permite a dispensa de licitação em casos de emergência para garantir a segurança, saúde e bem-estar da população;
- III. O novo gestor tem a responsabilidade de agir para minimizar os efeitos da falha anterior e resolver a situação da melhor maneira possível. O fato de o antigo gestor não ter providenciado a locação de veículos não pode ser um impeditivo para a ação imediata da nova gestão, principalmente quando se trata de uma emergência. A contratação foi realizada porque, em virtude da emergência decretada (**Decreto Emergencial nº 19/2025 de 02 de janeiro de 2025**), não havia outra alternativa viável a não ser a contratação imediata para garantir a mobilização de recursos essenciais para atender a população afetada. O princípio da continuidade do serviço público também é invocado, pois a descontinuidade da prestação de serviços em momentos críticos pode agravar a situação da emergência.
- IV. Considerando a situação de emergência declarada no município e a necessidade urgente de garantir a mobilização de recursos essenciais para a população, a contratação de locação de veículos foi realizada de forma emergencial para assegurar a continuidade dos serviços essenciais. A ausência de uma contratação prévia por parte da gestão anterior deixou o município em uma situação de desassistência, o que exigiu a ação imediata da nova gestão, em conformidade com o Art. 75, VIII da Lei 14.133/2021, visando proteger o interesse público e assegurar a resposta à emergência de forma eficaz e eficiente.
- V. É importante destacar que, embora o antigo gestor tenha falhado em providenciar a contratação prévia, a nova gestão não poderia se omitir diante da emergência. A presente justificativa enfatiza que, embora a responsabilidade pela falta de planejamento anterior não recaia diretamente sobre a nova gestão, a atuação foi feita para evitar prejuízos maiores à população, considerando o princípio da eficiência e da continuidade dos serviços públicos.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

Considerando ainda que, a contratação de empresa especializada para executar o objeto descrito acima, tem a finalidade de dar continuidade as atividades finalísticas, essenciais e administrativas do Município, uma vez estes tipos de serviço não podem ser interrompidos, dada a sua natureza e relevância, pois são atividades materiais escolhidas e qualificadas em razão da necessidade da Coletividade;

Outrossim, se uma atividade foi elevada à categoria de serviço público, ela apresenta uma característica particular e imperiosa para a vida local, de modo que se impõe que o serviço funcione a qualquer preço.

De igual sorte, à luz das razões ventiladas na autorização de raiz e no bojo dos seus anexos, dentre eles no Termo de Referência, afigura-se inquestionável que a demanda específica precisa ser acautelada com urgência, nos termos trilhados na **presente Dispensa de Licitação nº 02/2025**, ofuscando dos autos ainda, a especificação da demanda emergencial e o levantamento de preços de mercado aviado com fornecedores regionais;

Considerando ainda que durante o período de transição de mandato, realizado no ano passado, durante os meses de outubro a dezembro, pouco se conseguiu extrair da antiga gestão, contrariando nitidamente à **Resolução 338/2020 do TCE/SE**. Isto posto, nas pouquíssimas reuniões que as equipes tiveram, percebeu-se que a antiga gestão não colaborou para que os serviços públicos essenciais à população fossem mantidos, dificultando assim os trabalhos a serem desempenhados por esta nova gestão, que assumira em 01/01/2025;

Considerando que foram protocolados diversos ofícios de solicitação por parte da Equipe do Prefeito Eleito, mas sem que houvesse o mínimo aceitável de informações, sendo muitas das vezes desconexas, que inviabilizavam a obtenção dos dados para que a equipe de transição pudesse passar para a nova gestão;

Pelo que se observou, a antiga gestão se ateu a deixar processos vigentes, cuja essencialidade pouco se visualizava para um início de mandato, onde a principal missão é continuar a servir à municipalidade. Desta feita, considerando a realidade administrativa apurada nestes autos administrativos, bem como o cumprimento dos requisitos documentais mínimos pela empresa que apresentou o melhor preço para todos os itens objeto do Termo de Referência, além da aprovação e ratificação inicial promovida pelo **Gestor do Fundo**, acerca da necessidade emergencial dos serviços, em atenção ao melhor interesse público e pretendendo garantir assistência e atendimento à população do município, entendo que resta demonstrada plausivelmente a justificativa da formalização da contratação direta, por **emergência**, mormente em essencialidade do referido serviço.

Corroborando os argumentos até então ventilados, milita o fato de que a contratação basear-se-á em valores compatíveis com pesquisa de preços de mercado (cotações), e que a empresa melhor classificada na apuração de mercado apresentou todos os documentos de habilitação exigíveis para procedimentos licitatórios complexos, onde,



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

não houve facilitação ou simplificação documental objetivando a contratação direta com empresas inidôneas ou desprovidas das condições mínimas de habilitação jurídica, técnica, econômico-financeiro e nem fiscal ou trabalhista.

Desta feita, a presente contratação justifica-se pela necessidade desta **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Graccho Cardoso** continue desempenhando suas atividades técnicas e administrativas de maneira eficiente e eficaz, sem que haja interrupção nos procedimentos administrativos. Além disso, a disponibilização destes serviços de transporte, busca um melhor atendimento das demandas dos setores do Município e agilidade aos processos administrativos, de modo a assegurar os serviços de administração pública em níveis aceitáveis para oferecer aos usuários da administração pública municipal.

## **1. JUSTIFICATIVA DA DISPENSA:**

A Lei nº 14.133/21, em seu artigo 75, inciso VIII, determina que é dispensável a licitação, *in verbis*:

*“Art. 75 É dispensável a licitação:*

*VIII - nos casos de emergência ou de calamidade pública, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a continuidade dos serviços públicos ou a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para aquisição dos bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 1 (um) ano, contado da data de ocorrência da emergência ou da calamidade, vedadas a prorrogação dos respectivos contratos e a recontração de empresa já contratada com base no disposto neste inciso; (Vide ADI 6890);”*

Quanto à necessidade do enquadramento legal, o administrativista Antônio Carlos Cintra do Amaral diz, *“in verbis”*:

*“... A emergência é, a nosso ver, caracterizada pela inadequação do procedimento formal licitatório ao caso concreto. Mais especificamente: um caso é de emergência quando reclama solução imediata, de tal modo que a realização de licitação, com os prazos e formalidades que exige, pode causar prejuízo (obviamente prejuízo relevante) ou comprometer a*



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

*segurança de pessoas, obras, serviços ou bens, ou, ainda, provocar a paralisação ou prejudicar a regularidade de suas atividades específicas. Quando a realização de licitação não é incompatível com a solução necessária, no momento preconizado, não se caracteriza a emergência. (AMARAL, 2001:4).*

No mesmo sentido Hely Lopes Meirelles, afirma que:

*"... a emergência há de ser reconhecida e declarada em cada caso, a fim de justificar a dispensa de licitação para obras, serviços, compras ou alienações relacionadas com a anormalidade que a administração visa corrigir, ou como prejuízo a ser evitado. Nisto se distingue dos casos de guerra, grave perturbação da ordem ou calamidade pública, e que a anormalidade ou o risco é generalizado, autorizando a dispensa de licitação em toda a área atingida pelo evento " (In Licitação e contrato Administrativo, 9ª Ed., Revista dos Tribunais, São Paulo: 1990, p. 97).*

Além disso, ressalte-se que, nestes casos relacionados pela legislação, há a discricionariedade da Administração na escolha da dispensa ou não do certame, devendo sempre levar em conta o interesse público. Muitas vezes, o administrador opta pela dispensa, posto que, como afirma o ilustre Marçal Justen Filho, "in verbis":

*"a dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre particulares, a licitação afigura-se inconveniente ao interesse público. (...). Muitas vezes, sabe-se de antemão que a relação custo-benefício será desequilibrada. Os custos necessários à licitação ultrapassarão benefícios que dela poderão advir."*

*Considerando*, que a após confecção do mapa de Apuração dos Preços, e apresentação dos documentos habilitatórios suficientes foi a empresa: **GUILHERME VIAGENS E TURISMO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 14.970.182/0001-38, com sede na Avenida Erotildes Noer de Aragão, nº 2.274, Jardim do Sertão, Nossa Senhora da Glória/SE.

Considerando que a empresa referida oferece um valor abaixo dos seus concorrentes, conforme pesquisa de preços realizada com fornecedores do ramo. A menor proposta perfaz um valor total de **R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos), para um período de 02 (dois) meses**, pelos serviços, ora solicitados, conforme documentação anexa aos autos do presente processo, tempo este suficiente para que a devida licitação seja realizada.



**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

Nota-se que o valor da contratação é em média **9,72% (nove vírgula setenta e dois por cento)** inferior aos seus concorrentes, cujos percentuais são os seguintes, vejamos:

- GEOVÂNIO SANTOS SANTANA JUNIOR – CNPJ: 37.592.010/0001-73 – **9,34% (nove vírgula trinta e quatro por cento)** superior ao menor preço ofertado – R\$ 316.000,00, para dois meses.
- VIAMAX LOCAÇÕES EIRELI – CNPJ: 05.405.723/0001-94 – **10,10% (dez vírgula dez por cento)** superior ao menor preço ofertado - R\$ 318.200,00, para dois meses.

Por fim, diante da essencialidade da contratação com data determinada para o seu encerramento, cujo prazo de locação será de apenas **2 (dois) meses**, e ainda por força do **Decreto Emergencial nº 19/2025**, cujo inciso VIII possibilita a referida contratação temporária, uma vez que houve desídia da antiga gestão com o bem público, vejamos:

*“VIII - Que, as condições dos prédios públicos do município encontram-se deteriorados e sem condição de uso, bem como a frota de veículos municipais, pois não houve manutenção por parte da administração anterior;”*

Destarte, percebe-se plenamente possível a referida locação de veículos temporária, em sua forma emergencial, com o fito principal de suprir às demandas da administração para com seus cidadãos.

## **2. DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR OU EXECUTANTE**

A empresa escolhida neste processo para sacramentar o serviço pretendido, foi: **GUILHERME VIAGENS E TURISMO LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.970.182/0001-38, com sede na Avenida Erotildes Noer de Aragão, nº 2.274, Jardim do Sertão, Nossa Senhora da Glória/SE.**

Em análise aos presentes autos, observamos que foram realizadas pesquisas de preços as quais seguem anexo as cotações, apresentado preços compatíveis com os praticados no mercado.

O serviço a ser executado pela futura contratada supracitada é compatível e não apresenta diferença que venha a influenciar na escolha, ficando está vinculada à verificação do critério do menor preço e seus documentos de habilitação.





**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

### **3. DAS COTAÇÕES E DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

No processo em epígrafe, verificou-se a que as cotações foram feitas de forma adequada à natureza do objeto do procedimento. Assim, diante do exposto restou comprovado ser o valor médio de mercado praticado com a Administração.

O valor proposto no menor orçamento enquadra-se nas necessidades da administração para atender à população, onde mesmo que o presente procedimento tenha sido realizado de forma emergencial, a administração tem o dever de realizar a devida pesquisa de mercado para garantir a melhor proposta possível. Destarte, como os critérios exigidos no termo de referência são objetivo, coube à administração analisar o menor preço ofertado e na sequência o atendimento aos documentos habilitatórios.

**O critério do menor preço deve presidir a escolha do adjudicatário direto como regra geral, e o meio de aferi-lo está em juntar aos autos do respectivo processo pelo menos 03 (três) propostas.**

De acordo com a Lei n. 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações), após a cotação, é optado no presente processo o **critério menor preço**, conforme critérios de julgamentos previsto no art. 33, inc. I da Lei n.14.133/2021, assim verificado o menor preço, adjudica-se o serviço àquele que a devida habilitação jurídica, não deixando de se observar a regularidade fiscal.

Frisa-se que tal contratação é a primeira do tipo a ser realizada por esse órgão, mesmo que de forma emergencial, a atuação gestão atentou-se às exigências de fracionamento de despesa, garantindo que de concomitante à contratação por meio dispensável, seja realizada o pregão eletrônico, cuja viabilidade e cuidados técnicos são mais robustos, que demandam maiores especificações técnicas, logísticas, fiscais e até mesmo ambientais.

Com a realidade do mercado em se tratando de produto ou serviço similar, podendo a Administração adquiri-lo sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

Por fim, restou percebido que de forma prévia, o setor competente realizou uma pesquisa de mercado, buscando identificar o valor médio dentre às contratações feitas pela Administração Pública, para objetos similares ao que este **Fundo** busca contratar. Assim, após a realização da pesquisa de mercado, foi possível identificar que mesmo após a realização de pesquisa de Mercado, diretamente realizada por outras empresas do ramo, foi possível identificar o menor dos preços apresentados, conforme Mapa de Apuração em anexo





**ESTADO DE SERGIPE  
MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO  
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

---

#### **4. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA E DA REGULARIDADE FISCAL**

Nos procedimentos administrativos para contratação, a Administração tem o dever de verificar os requisitos de habilitação estabelecidos no art. 62 e seguintes, em especial o art. 68 da Lei n.14.133/2021, in verbis:

*“Art. 68. As habilitações fiscal, social e trabalhista serão aferidas mediante a verificação dos seguintes requisitos:*

***I** - a inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ);*

***II** - a inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;*

***III** - a regularidade perante a Fazenda federal, estadual e/ou municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;*

***IV** - a regularidade relativa à Seguridade Social e ao FGTS, que demonstre cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei;*

***V** - a regularidade perante a Justiça do Trabalho; e*

***VI** - o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.”*

Resta deixar consignado que a contratada demonstrou habilmente sua habilitação jurídica e regularidade fiscal.

#### **5. DA FORMA DE CONTRATAÇÃO E SUA METODOLOGIA**

A vigência contratual será de **02 (dois) meses**, e iniciará na data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, desde que mantida a situação de calamidade pública, na forma da Lei nº 14.133/2021, contados da assinatura do termo de contrato, emitido pela **Secretaria Municipal de Ação Social e Cidadania do Município de Graccho Cardoso**.

O início do serviço será formalizado em Contrato Administrativo, vinculando estritamente todas as condições, obrigações e responsabilidades entre as partes a empresa considerada vencedora, cláusulas essas de acordo com a Lei 14.133/2021 e do **Termo de Referência**.

Caberá ao setor solicitante, o recebimento e a atestação da(s) Nota(s) Fiscal(is) Fatura(s) correspondentes aos serviços prestados, em pleno acordo com as especificações contidas no termo de referência, aliado às disposições constantes da proposta da contratada.



**ESTADO DE SERGIPE**  
**MUNICÍPIO DE GRACCHO CARDOSO**  
**FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**

## 6. CONCLUSÃO

Em relação aos preços, verifica-se que os mesmos estão compatíveis com a realidade do mercado em se tratando de serviço amplamente difundido no comércio, podendo a Administração contratar sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios, uma vez que fez uso **do Art. 75, inciso VIII da Lei nº 14.133/21 c/c Decreto Emergencial 19/2025**, corroborado pela Secretária de Assuntos Jurídicos, cuja, emitiu parecer favorável à decretação da referida situação calamitosa do Município de Graccho Cardoso.

Considerando a indicação da Dotação Orçamentária, verificou-se que foram atendidas a indicação da referida rubrica:

U.O.	AÇÃO	ELEMENTO DA DESPESA	FONTE DE RECURSOS
30100	2047	33903900	15001002
30100	2086	33903900	15001002
30100	2108	33903900	16000000

Do acima exposto, inobstante o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao **serviço** em questão, é decisão discricionária da Autoridade Competente, optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise da **Controladoria Interna** de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Nada a acrescentar, submeto à autoridade superior para apreciação e posterior ratificação desta, após o que deverá ser publicada em sítio eletrônico oficial, em obediência ao parágrafo único do art. 72 da mesma norma jurídica susoaludida.

Graccho Cardoso, 15 de janeiro de 2025.

**ITALO GABRIEL BONFIM DOS SANTOS**  
CPF: 075.XXX.XXX-55

Ratifico, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2025

**EDÍZIO DOS SANTOS**  
Secretário de Saúde